

APÊNDICE C

PROCEDIMENTO PADRÃO DE REGULARIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS

Concessão onerosa de uso da faixa de domínio localizada às margens da rodovia BR-101/ES, no segmento compreendido entre o km 0,0 e o km 2,9 (SNV 101AES1005), entre as cidades de Vitória e Serra, no Espírito Santo (“Reta do Aeroporto”).

EDITAL DE CONCESSÃO N.º [●]/2018

1. Sumário

- 1. Sumário 2
- 2. Lista de Figuras..... 3
- 3. Introdução..... 4
- 4. Definição 5
- 5. Especificações..... 7
 - 5.1 Projeto..... 7
- 6. Normas e Legislações 11

2. Lista de Figuras

Figura 1 - Esquema Ilustrativo - Exploração de Acesso	6
---	---

3. Introdução

O presente APÊNDICE objetiva instruir os interessados na implantação ou regularização de acessos na faixa de domínio do trecho objeto deste EDITAL, em conformidade com as normas, especificações e regulamentos vigentes. Esse APÊNDICE apresenta os procedimentos e documentação técnica para a solicitação de implantação de novos acessos ou a regularização dos existentes em situação irregular, enquanto o Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – Publicação IPR 728 apresenta os aspectos técnicos para a elaboração dos projetos conforme as especificações técnicas.

O presente APÊNDICE é dividido nas seguintes seções:

Introdução: apresenta o objetivo da utilização deste APÊNDICE;

Definição: caracteriza os conceitos utilizados para efeitos de uso do APÊNDICE;

Especificações: composto por uma seção, cujo objetivo é detalhar o uso do fim a que se destina esse APÊNDICE.

4. Definição

Para fins de utilização do APÊNDICE devem ser aplicadas as seguintes definições:

Faixa de Domínio:

Define-se como “Faixas de Domínio” a base física sobre a qual assenta uma rodovia, constituída pelas pistas de rolamento, canteiros, obras-de-arte, acostamentos, sinalização e faixa lateral de segurança, com limites definidos conforme Projeto Executivo da rodovia.

Conforme o Art. 50 do Código de Trânsito Brasileiro, o uso de faixas laterais de domínio e das áreas adjacentes às estradas e rodovias obedecerá às condições de segurança do trânsito estabelecidas pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via.

Ocupação da Faixa de Domínio:

Uso longitudinal, transversal ou pontual das faixas de domínio por qualquer meio.

Ocupação Longitudinal: qualquer tipo de instalação ou obra, implantada ao longo das faixas de domínio das rodovias federais.

Ocupação Pontual: qualquer tipo de instalação ou obra, implantada em um ponto localizado nas faixas de domínio das rodovias federais ou em outros bens públicos.

Ocupação Transversal (travessia): qualquer tipo de instalação ou obra que atravessa as rodovias federais.

Acesso:

Define-se como “Acesso” uma via de ligação à rodovia que permite o ingresso ou egresso de veículos aos locais adjacentes à faixa de domínio. Os acessos podem variar quanto à sua finalidade:

Uso Particular: propriedades privadas de uso não comercial ou comercial.

Acesso Público: quando solicitado por entidades públicas, como vias municipais ou estaduais.

Acesso Comercial: destinado ao uso comercial, como postos de abastecimento, condomínios residenciais, restaurantes, hotéis, entre outros.

Acesso Industrial: destinado a atender indústrias, depósitos, armazéns silos, além de outros.

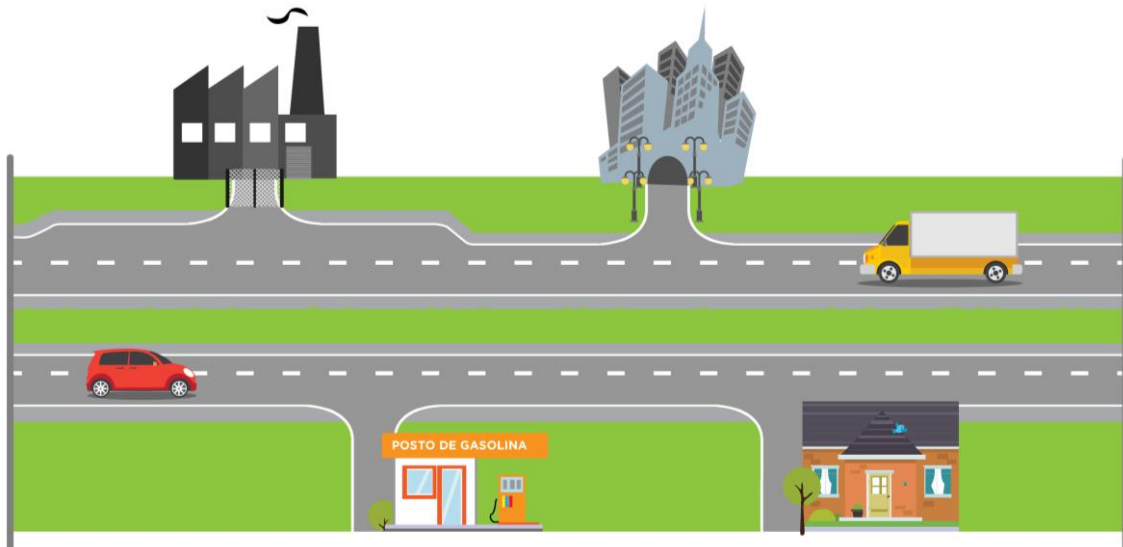
Via Marginal (Rua Lateral):

Via paralela à pista principal de uma rodovia, de um ou ambos os lados, com o objetivo de atender ao tráfego local, longitudinal à rodovia e pertinente à área urbanizada adjacente, e permitir o disciplinamento dos locais de entrada e saída da rodovia.

Revestimento primário:

É a camada granular, composta por agregados naturais e/ou artificiais, aplicada diretamente sobre o subleito compactado e regularizado em rodovias não pavimentadas, com função de assegurar condições satisfatórias de tráfego, mesmo sob condições climáticas adversas.

Figura 1 - Esquema Ilustrativo - Exploração de Acesso



5. Especificações

5.1 Projeto

Os projetos de acessos abrangem duas situações: quando da implantação de um novo acesso onde não houver uma estrutura existente; e quando da regularização da estrutura de um acesso irregular já utilizado pelo solicitante. Neste tópico serão apresentadas as diretrizes necessárias para a implantação e regularização de acessos nas faixas de domínio.

Os projetos de acessos serão analisados conforme o volume médio diário de veículos (VMD) e o volume de veículos no horário de pico (VHP), dados que deverão ser apresentados pelo solicitante. O conteúdo dos projetos será diferenciado de acordo com os níveis de exigência para cada acesso, conforme definidos nos tópicos abaixo.

A critério da CONCESSIONÁRIA, poderá ser exigida a apresentação de dados complementares para a regularização do acesso.

5.1.1 Implantação de novos acessos

Para a implantação de novos acessos, será realizada uma análise de forma definir o posicionamento e a estrutura conforme as melhores práticas de construção, sinalização e segurança viária.

5.1.1.1 Para os acessos de **uso particular** com VMD igual ou inferior a 10, independente da taxa de VHP, deverão ser apresentados:

- i. Definição do local de acesso;
- ii. Projeto de sinalização básica;
- iii. Será permitida pavimentação com revestimento primário;
- iv. Não será necessária realização de Estudo de Tráfego.

5.1.1.2 Para acessos com VMD inferior a 200 e VHP igual ou inferior a 10% deverão ser apresentados:

- i. Definição do local de acesso;
- ii. Projeto de sinalização básica com análise de segurança viária;
- iii. Projeto de Iluminação obrigatório para acesso público ou industrial;

- iv. Projeto de Via Lateral conforme classe de serviço da via de ligação do acesso conforme Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – Publicação IPR 728;
- v. Planta da Situação, contemplada no Projeto Geométrico, deve ser georreferenciada;
- vi. Será permitida pavimentação com revestimento primário;
- vii. Não será necessária realização de Estudo de Tráfego.

5.1.1.3 Para os acessos que não se enquadrarem nos critérios listados nos tópicos 5.1.1.1 e 5.1.1.2, deverá ser considerado o Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – Publicação IPR 728, além de contemplar:

- i. Limites das faixas de domínio e área “non aedificandi”, cotados em relação ao eixo da via de transporte, acompanhados de memorial descritivo, e se necessário justificado;
- ii. Memorial descritivo contendo as especificações e materiais utilizados na execução do projeto;
- iii. O levantamento planialtimétrico pedido no Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – IPR 728 deve constar todas as interferências que abrangem a área de objeto da implantação pretendida;
- iv. Levantamento das linhas de serviço público já existentes (água, esgoto, energia elétrica, telefonia, etc.) e verificação do posicionamento de suas estruturas de sustentação e demais edificações localizadas na faixa de domínio, em trecho 300 m (trezentos metros) antes e 300 m (trezentos metros) depois da área de implantação do acesso, que possam interferir na elaboração do projeto e execução da obra;
- v. A Planta da Situação, contemplada no Projeto Geométrico, deve ser georreferenciada.
- vi. Licença ambiental para construção do acesso;
- vii. Plano Básico Ambiental:
 - Caracterização ambiental resumida da área diretamente afetada;
 - Descrição e localização das intervenções da obra e das áreas de apoio;
 - Procedimentos ambientais a serem utilizados na execução dos serviços de construção;
 - Concepção e detalhamento das medidas específicas de prevenção, mitigação e correção de impactos ambientais;
 - Concepção e detalhamento de sistema de monitoramentos dos indicadores de qualidade ambiental durante a obra;
 - Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR), contendo informações sobre a geração, acondicionamento, volume e destinação final dos resíduos gerados durante as atividades.

5.1.2 Regularização de acessos

Para a regularização de acessos, será realizada uma análise conciliatória de forma a adequar a estrutura existente às melhores práticas de construção, sinalização e segurança viária.

5.1.2.1 Para os acessos de **uso particular** com VMD igual ou inferior a 10, independente da taxa de VHP, deverão ser apresentados:

- v. Definição do local de acesso;
- vi. Projeto de sinalização básica;
- vii. Será permitida pavimentação com revestimento primário;
- viii. Não será necessária realização de Estudo de Tráfego.

5.1.2.2 Para acessos com VMD inferior a 200 e VHP igual ou inferior a 10% deverão ser apresentados:

- viii. Definição do local de acesso;
- ix. Projeto de sinalização básica com análise de segurança viária;
- x. Projeto de Iluminação obrigatório para acesso público ou industrial;
- xi. Projeto de Via Lateral conforme classe de serviço da via de ligação do acesso conforme Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – Publicação IPR 728;
- xii. Planta da Situação, contemplada no Projeto Geométrico, deve ser georreferenciada;
- xiii. Será permitida pavimentação com revestimento primário;
- xiv. Não será necessária realização de Estudo de Tráfego.

5.1.2.3 Para os acessos que não se enquadrarem nos critérios listados nos tópicos 5.1.1.1 e 5.1.1.2, a apresentação de projeto deverá seguir o máximo possível dos critérios definidos no Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – IPR 728, aplicáveis a cada caso específico e sujeitos à aprovação da CONCESSIONÁRIA. Deverá ser apresentado:

- i. Adequação do posicionamento do local do acesso;
- ii. Projeto de adequação conciliatória, apresentando soluções tais como a implantação de interseção, ajustes na estrutura do acesso, a eliminação de giros, dentre outras.

5.1.3 Para ambos os casos especificados nos itens 5.1.1.1 e 5.1.1.2, deverão ser observadas as seguintes exigências:

5.1.3.1 Deverá ser realizada análise de segurança viária no trecho de implantação, exceto para aqueles com VMD inferior a 10, a qual deverá considerar o histórico de acidentes registrados pela Polícia Rodoviária Federal ou outro órgão competente, de forma a identificar o impacto do acesso no número de acidentes no trecho. A partir desta análise, deverão ser propostas contramedidas de segurança de forma a eliminar, ou minimizar, a probabilidade de ocorrência de acidentes ou a redução da sua severidade devido à implantação ou regularização do acesso, bem como para a ampliação da capacidade da via. Essas contramedidas serão avaliadas e estarão sujeitas a aprovação da CONCESSIONÁRIA. Referências nacionais e internacionais deverão ser utilizadas para a proposição das contramedidas, tais como as publicações do DNIT, do FHWA (Federal Highway Administration), iRAP (International Road Assessment Programme), Norma NBR 15486 ABNT, dentre outras. Dentre as contramedidas a serem consideradas, destacam-se as seguintes, mas não se limitando a:

- i. As estruturas de postes, suportes e quaisquer outros elementos físicos similares deverão ser instaladas a uma distância convenientemente segura das bordas dos passeios, dos meios-fios ou das pistas de rolamento;
- ii. Instalação de defensas metálicas, semi-maleáveis, simples ou duplas, ou outro dispositivo de contenção viária de acordo com as Normas NBR 6970 e 6971 da ABNT;
- iii. Instalação de barreiras de concreto a depender da situação;
- iv. Instalação de sonorizadores/vibradores no acostamento a depender da situação, dentre outras contramedidas a serem aplicadas.

5.1.3.2 Projeto de Sinalização da obra, de acordo com os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito do DENATRAN e, complementarmente, o Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738, em sua versão mais atualizada.

5.1.3.3 Para qualquer execução de serviços na faixa de domínio da rodovia, o interessado deverá dispor de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) adequados para seus funcionários, conforme a Norma Regulamentadora 6 – NR 6 do Ministério do Trabalho e suas atualizações e outras legislações vigentes.

5.1.3.4 Caso necessário instalar placas de indicação do acesso ou publicidade deverá ser verificado o APÊNDICE D – Procedimento Padrão de Exploração de Publicidade nas Faixas de Domínio.

5.1.3.5 Apresentação de todas as licenças necessárias à realização das obras, expedidas pelos órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

5.1.3.6 Para a apresentação do projeto, deverão ser consideradas as seguintes definições:

- i. As plantas do projeto deverão ser confeccionadas, necessariamente, em folhas no formato A-3 ou A-1, devendo apresentar na folha de rosto um espaço para anotação da decisão da CONCESSIONÁRIA, com dimensões de 10 x 16,5cm (maior largura na horizontal);
- ii. Conforme as instruções apresentadas no Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – Publicação IPR 728, o projeto deverá ser em 03 (Três) vias;
- iii. Os projetos e seus complementos deverão ser assinados pelo responsável técnico, com seus respectivos números de CREA e ART, conforme resolução nº 257, de 19/09/78, do CONFEA, ou posteriores alterações;
- iv. De acordo com o porte do empreendimento, para a execução das obras, deverá ser apresentado o Engenheiro de Segurança responsável pelo acompanhamento de todos os serviços e ART;
- v. O projeto e documentação também deverão ser entregues em mídia eletrônica, gravados nos formatos PDF e dwg (Cad.);
- vi. Caso haja algum ajuste durante a implantação, de comum acordo com a Unidade Local que fiscalizará a implantação, deverá ser apresentado o “As Built”. As alterações deverão ser previamente submetidas à CONCESSIONÁRIA para sua avaliação e autorização;
- vii. Se, durante a vigência do cadastramento, algum dos profissionais referidos nos itens anteriores for substituído, deverá o interessado providenciar o envio para a CONCESSIONÁRIA da cópia do registro do novo profissional, devidamente habilitado, junto ao respectivo órgão citado no mesmo inciso.

6. Normas e Legislações

Para a construção e regularização de acessos nas faixas de domínio, serão consideradas as seguintes normas e legislações, tais como, mas não se restringindo a:

6.1 Lei Federal nº 9.503 de 23/09/97 (Código de Trânsito Brasileiro)

Rege o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação.

6.2 Lei Federal nº 6.766 de 19/12/1979

Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

6.3 Lei Federal nº 6.938 de 31/08/1981 alterada pela Lei Federal nº 7.804 de 18/07/1989

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

6.4 Lei Federal nº 7.347 de 24/07/1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico.

6.5 Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988.

6.6 Lei Federal nº 7.754 de 14/04/1989

Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios.

6.7 Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93

Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6.8 Lei Federal nº 9.605 de 12/02/1998

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

6.9 Lei Federal nº 9.984 de 17/07/2000

Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

6.10 Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

6.11 Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

6.12 Resolução Nº 273 de 29 de novembro de 2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

6.13 Manual de Procedimentos para Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio de Rodovias Federais e Outros Bens Públicos sob jurisdição do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

6.14 Manual de Ordem de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio - DNIT

6.15 Manual para Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais – Publicação IPR 712

6.16 Manual de Acesso de Propriedades Marginais a Rodovias Federais – Publicação IPR 728

6.17 Manual de Sinalização de Obras e Emergência em Rodovias – Publicação IPR 738

6.18 Manual de Pavimentação – Publicação IPR 719

6.19 Manual de Drenagem de Rodovias – Publicação IPR 724

6.20 Instrução de Serviço nº 3/2006

Complementa as normas e instruções constantes no Manual de Ordem de Embargo e Notificação de Ocupação de Faixa de Domínio.

6.21 Especificações de Serviço do DNER

6.22 Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito - DENATRAN